



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/FMAS/2021

PROCESSO Nº 1175/2020

LICITAÇÃO Nº 015/CPL/2020

VALIDADE: 12 (doze) Meses a partir da assinatura

Aos vinte e dois dias do mês de do ano de 2020, na Secretaria Municipal de Assistência Social de Paracambi, através do Fundo Municipal de Assistência Social, situada à Rua Nilo Peçanha, 300 – Centro – Paracambi, CNPJ nº 11.889.321/0001-05, é celebrado o presente compromisso entre o **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, por intermédio do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado neste ato pelo **SR. JORGE LUIZ TEIXEIRA CAVALCANTE**, portador da Carteira de Identidade nº 089858336 IFP e inscrito no CPF sob o nº 046.282.157-00, residente e domiciliado na Praça Castelo Branco- 40- Fábrica- Paracambi/RJ e a empresa **GOTHAN DISTRIBUIDORA LTDA**, sito à Estrada Rio Douro- 203- Parte- Mantiqueira- Duque de Caxias- RJ- cadastrada no CNPJ nº: **32.640.927-0001-82**, representada por **CLAUDRIANO CAVALCANTE AMORIM** – RG. 26.626.718-6 e CPF: 140.471.387-54, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, e de acordo com o processo administrativo nº **1175/2020**, observadas as Leis Federais nº 10.520/02 e n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar nº 123 de 14 dezembro de 2006, os Decretos Municipais nº 4.054/2015, 4.482/2017, nº 4.481/2017, nº 4.914/2019 e ainda o edital de licitação nº **015/CPL/2020**, os termos da proposta vencedora e as cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Parágrafo Primeiro – A presente ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, conforme segue:

Item	Descrição	Unidade de	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
272280	Achocolatado em pó 400g - MARCA: TECNUTRI	Unidade	50	R\$ 3,70	R\$ 185,00
262647	Açúcar refinado especial, acondicionado em embalagem com as características do produto - MARCA: globo	Quilograma(s)	350	R\$ 2,30	R\$ 805,00
274070	Amido de milho - MARCA: Sinha	Unidade	50	R\$ 3,90	R\$ 195,00
275222	Arroz tipo agulhinha tipo 1 de 5Kg - MARCA: D. Milu	Unidade	250	R\$ 22,60	R\$ 5.650,00
275234	Bife de fígado - MARCA: SAO MARTINS CANTAGALO	Quilograma(s)	70	R\$ 10,70	R\$ 749,00
259142	Biscoito água e sal - MARCA: CADORE	Unidade	750	R\$ 3,28	R\$ 2.460,00
259143	Biscoito de maisena - MARCA: CADORE	Pacote	750	R\$ 2,65	R\$ 1.987,50
256329	Biscoito doce - MARCA: CADORE	Quilograma(s)	350	R\$ 6,69	R\$ 2.341,50
277953	Bolo - sabor baunilha, abacaxi ou côco - MARCA: Renata	Unidade	125	R\$ 6,25	R\$ 781,25
280441	Caixa de suco de 1 Litro - Sabor variado - MARCA: DA FRUTA	Unidade	220	R\$ 5,20	R\$ 1.144,00
275230	Carne Acem - MARCA: SAO MARTINS CANTAGALO	Quilograma(s)	70	R\$ 22,95	R\$ 1.606,50
262722	carne bovina, alcatra sem oss, congelada, em embalagem plastica conforme a legislação. - MARCA: SAO MARTINS CANTAGALO	Quilograma(s)	250	R\$ 28,71	R\$ 7.177,50
269872	Carne Bovina Patinho em bife - MARCA: SAO MARTINS CANTAGALO	Quilograma(s)	70	R\$ 25,15	R\$ 1.760,50



256360	Carne moída bovina de 1ª, embalada em saco de 1 kg próprio para congelamento etiquetado com data de validade - MARCA: SAO MARTINS CANTAGALO	Quilograma(s)	250	R\$ 27,10	R\$ 6.775,00
292406	CESTA BASICA - GENEROS ALIMENTÍCIOS CONTENDO: 5 Kg de arroz tipo 1, 2 Kg de feijão preto tipo 1, 1 Kg fubá, 500g de pó de café, 400g de leite em pó integral, 1 Kg de farinha de mandioca, 1 Kg de macarrão, 2 Kg de açúcar, 1 Kg de sal, 2 latas de salsicha de 300g, 1 lata de extrato de tomate de 140g, 500g de biscoito cream cracker, 1 garrafa de óleo de soja de 900ml - MARCA: CESTA BASICA	Unidade	700	R\$150,00	R\$ 105.000,00
288205	Copo de requeijão tradicional de 250g - MARCA: TIROLEZ	Unidade	220	R\$ 6,90	R\$ 1.518,00
275233	Coxa e Sobrecoxa de frango - MARCA: Guibom	Quilograma(s)	250	R\$ 7,90	R\$ 1.975,00
275253	Extrato de tomate de 350g - MARCA: DEZ	Unidade	200	R\$ 5,50	R\$ 1.100,00
275245	Farinha de Mandioca de 1Kg - MARCA: DADA	Unidade	50	R\$ 2,75	R\$ 137,50
275247	Farinha de trigo tradicional de 1Kg - MARCA: BOA SORTE	Unidade	50	R\$ 2,50	R\$ 125,00
278983	Farinha Láctea (embalagem de 300g) - MARCA: MARATA	Unidade	70	R\$ 7,92	R\$ 554,40
275223	Feijão preto de 1Kg - MARCA: MACIO	Unidade	250	R\$ 5,90	R\$ 1.475,00
274047	Filé de Peixe - MARCA: Nacional Pescados	Quilograma(s)	250	R\$ 22,40	R\$ 5.600,00
256351	Fubá de milho - MARCA: Sinha	Quilograma(s)	70	R\$ 2,15	R\$ 150,50
277957	Geléia de frutas - MARCA: PREDILECTA	Unidade	125	R\$ 18,95	R\$ 2.368,75
259157	logurte com polpa de morango - MARCA: LECO	Unidade	120	R\$ 6,38	R\$ 765,60
257312	Leite em Caixa de 1 L - MARCA: QUATÁ	Litro(s)	1.200	R\$ 3,87	R\$ 4.644,00
286929	Leite em pó (Pacote 500g.) - MARCA: DANKY	Peça	250	R\$ 9,78	R\$ 2.445,00
260714	MACARRÃO 1 kg - MARCA: CADORE	Quilograma(s)	250	R\$ 4,99	R\$ 1.247,50
268431	Maionese de 500 G - MARCA: QUERO	Unidade	70	R\$ 3,29	R\$ 230,30
256335	Manteiga com sal com embalagem de 500 g - MARCA: DORIANA	Unidade	70	R\$ 18,19	R\$ 1.273,30
268763	Margarina - MARCA: LAC DUAS BARRAS	Quilograma(s)	250	R\$ 8,72	R\$ 2.180,00
275231	Musculo - MARCA: SAO MARTINS CANTAGALO	Quilograma(s)	70	R\$ 20,90	R\$ 1.463,00
256336	Óleo de soja 900 ml - MARCA: Sinha	Lata	120	R\$ 4,79	R\$ 574,80
274054	Ovos brancos - MARCA: CEASA	Dúzia	250	R\$ 3,10	R\$ 775,00
262922	Pão de Forma - MARCA: Q PAO	Pacote	500	R\$ 3,91	R\$ 1.955,00
257390	pó de café - MARCA: REI DO BRASIL	Quilograma(s)	250	R\$13,50	R\$ 3.375,00
262934	Presunto Fatiado - MARCA: RESENDE	Quilograma(s)	70	R\$ 26,85	R\$ 1.879,50
261721	queijo minas frescal - MARCA: IPANEMA	Unidade	70	R\$ 24,10	R\$ 1.687,00
262944	Queijo Prato Fatiado - MARCA: IPANEMA	Quilograma(s)	70	R\$ 36,40	R\$ 2.548,00
256338	Sal Refinado - MARCA: SALINAS	Quilograma(s)	20	R\$ 1,14	R\$ 22,80
273754	SUCO CONCENTRADO DE CAJU GARRAFA DE 500ML - MARCA: DA FRUTA	Unidade	70	R\$ 2,51	R\$ 175,70
273756	SUCO CONCENTRADO DE MARACUJA GARRAFA DE 500ML - MARCA: DA FRUTA	Unidade	70	R\$ 3,92	R\$ 274,40
256977	Xarope de Guaraná embalagem de 1 ltr - MARCA: ATIV PLUS	Unidade	70	R\$ 6,99	R\$ 489,30
<b>VALOR TOTAL R\$ 181.627,10 (CENTO E OITENTA E UM MIL SEISCENTOS E VINTE E SETE REAIS E DEZ CENTAVOS).</b>					

Parágrafo Segundo – A presente ata vincula, com força contratual, a **COMPROMITENTE** a fornecer os produtos nas condições indicadas, a partir das solicitações realizadas pelo **MUNICÍPIO**.



Parágrafo Terceiro - O presente registro de preços não obriga o **MUNICÍPIO** a solicitar qualquer quantidade de bens registrados, facultando-se a realização de licitação específica para eventual aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Parágrafo Único - O prazo de validade deste Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Parágrafo Único - Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- a) solicitar o fornecimento daquele que detém o Preço Registrado, ou em igualdade de condições, dar preferência a ele no caso de outra licitação realizada para o mesmo objeto desse registro;
- b) realizar os pagamentos devidos à **COMPROMITENTE**, nas condições estabelecidas nesta ata;
- c) fornecer à **COMPROMITENTE** documento, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente objeto;
- d) exercer a fiscalização do fornecimento solicitado;
- e) receber provisória e definitivamente o objeto a ser fornecido nas formas definidas.

## CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMITENTE

Parágrafo Único - Constituem obrigações da **COMPROMITENTE**:

- a) Fornecer o objeto licitado de acordo com as normas vigentes e as especificações contidas nesta ata, observado, sempre, a adequação do prazo de validade do produto e dentro do prazo requerido pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Prestar, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;
- c) Acatar as instruções emanadas da fiscalização;
- d) Sob as penas da lei, não divulgar nem fornecer dados e informações referentes ao fornecimento, a menos que expressamente autorizada pelo **MUNICÍPIO**;
- e) Atender prontamente aos encargos decorrentes das Leis Trabalhistas e da Previdência Social nos termos do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93;
- f) Atender a todas as obrigações decorrentes do presente instrumento;
- g) Não transferir ou ceder a obrigação de fornecer prevista nesta ata, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento ao **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado.
- h) Cumprir com todas as obrigações fixadas no Termo de Referência e demais instrumentos integrantes no Edital.
- i) Manter as condições de habilitação que permitam a contratação da empresa pelo **MUNICÍPIO** ao longo da vigência do registro de preços, conforme o previsto no artigo 27 e 55, XIII, da Lei Federal nº 8.666/93 e exigido no edital nº **015/CPL/2020** e seu respectivo Termo de Referência.
- j) Proceder à substituição do produto que for entregue fora de suas especificações, no prazo indicado na notificação.
- k) Arcar com as despesas de carga e descarga e de frete, referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição das mercadorias defeituosas.

**Parágrafo único.** Independentemente de aceitação, a **CONTRATADA** garantirá a qualidade dos bens de consumo pelo prazo mínimo determinado em lei, a contar da data de sua entrega ao **MUNICÍPIO**, se outro superior não for exigido no Termo de Referência, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito, desde que não sanado a vício no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO**.



#### CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Parágrafo Único – Os recursos financeiros correrão à conta dos créditos abaixo discriminados:

**ORIGEM DOS RECURSOS:** 155 – Proteção Social Básica / 274 – Bloco de Proteção Espec. / 165 – Bolsa Família / 245 – Prtoeção Básica

**ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.30.00.00.00

**DOTAÇÃO:** 825 / 2212 / 811 e 791

**PROGRAMA DE TRABALHO:** 22.01.08.244.0016.2103 / 22.01.08.244.0016.2318 / 22.01.08.244.0013.2101 e 22.01.08.244.0016.2068

#### CLÁUSULA SEXTA- DO LIMITE FINANCEIRO DAS DESPESAS

Parágrafo Único – Em razão dos preços e das quantidades máximas admitidas no registro de preços, o limite para realização de despesas pelo **MUNICÍPIO**, nos termos desta ata, será da ordem de **R\$ 181.627,10 (CENTO E OITENTA E UM MIL SEISCENTOS E VINTE E SETE REAIS E DEZ CENTAVOS)**.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

Parágrafo Primeiro – O fornecimento deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, desta ata e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Segundo – A cada fornecimento solicitado, o local e o prazo de entrega serão definidos pelo **MUNICÍPIO**, de acordo com o termo de referência em anexo, a proposta vencedora da Licitação e a presente ata.

Parágrafo Terceiro – A execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 03 (três) membros designados pela Secretaria Requisitante.

Parágrafo Quarto – O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações de fornecimento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do Contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão de fiscalização após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo Quinto- O representante do **MUNICÍPIO**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do fornecimento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Sexto – A **COMPROMITENTE** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Sétimo – A instituição e a atuação da fiscalização do fornecimento não excluem ou atenuam a responsabilidade da **COMPROMITENTE**, nem a exime de manter fiscalização própria.



Parágrafo Oitavo – Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto da presente ata de registro de preços, o fato será comunicado à **COMPROMITENTE**, que deverá promover o reparo ou a troca no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE

Parágrafo Primeiro – A **COMPROMITENTE** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Segundo – A **COMPROMITENTE** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do fornecimento, podendo o **MUNICÍPIO** a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **COMPROMITENTE**.

Parágrafo Terceiro – A ausência da apresentação dos documentos mencionados no Parágrafo Segundo, ensejará a retenção do valor do pagamento da parcela(s) devida(s), que só poderá ser realizado mediante a regularização da falta.

Parágrafo Quarto – A **COMPROMITENTE** é responsável por todas as despesas com frete, embalagens, equipamentos, impostos, mão-de-obra, entre outras que vise a execução da presente ata e em hipótese alguma destacadas na Nota Fiscal.

#### CLÁUSULA NONA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro – O **MUNICÍPIO** deverá pagar à **COMPROMITENTE** o valor total constante de cada fatura apresentada, que deverá corresponder ao fornecimento solicitado pelo **MUNICÍPIO**, sendo o pagamento efetuado diretamente na conta corrente de titularidade da **COMPROMITENTE** indicada no formulário de pedido de pagamento.

Parágrafo Segundo – O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, ou em 05 (cinco) dias úteis, na forma do §3º, art. 5º da Lei 8.666/93, devendo então a **COMPROMITENTE** promover a entrada do documento de crédito, isento de erros, na repartição competente, previamente atestado por dois servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do objeto.

Parágrafo Terceiro – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Quarto – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo Quinto – Caso o atraso de pagamento ultrapasse um ano, o valor será corrigido pelo IPCA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA



Parágrafo Primeiro – O **MUNICÍPIO**, a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de até 5% (cinco) por cento do valor correspondente ao quantitativo disposto na solicitação de fornecimento, a ser restituída após execução satisfatória das obrigações da **COMPROMITENTE**.

Parágrafo Segundo – Caso o valor correspondente ao quantitativo disposto na solicitação de fornecimento seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor da solicitação de fornecimento.

Parágrafo Terceiro – Em caso de rescisão da ata motivada por culpa do comprometente, a garantia reverterá integralmente aos cofres do **MUNICÍPIO**, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.

Parágrafo Quarto – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontadas da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa da ata de registro de preços.

Parágrafo Quinto – Qualquer garantia que venha a ser prestada deverá obrigatoriamente ser depositada na Tesouraria da Secretaria Municipal de Finanças (SECFIN), situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ – Tel. (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO COMPROMISSO**

Parágrafo Primeiro – A presente ata poderá ser alterada, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

Parágrafo Segundo – A presente Ata poderá sofrer alterações, nos seguintes casos:

- a) Em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou no caso de ocorrência de fato que eleve o custo dos bens registrados, o Município poderá promover as negociações junto aos detentores do Registro.
- b) Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
  - I – convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado para o mercado;
  - II – frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
  - III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo terceiro – O Fornecedor poderá ter seu registro cancelado de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 4.054/2015, nas seguintes hipóteses:

- I - Se o fornecedor descumprir as condições estabelecidas no contrato celebrado;
- II - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior ao praticado no mercado;
- III – Tiver presentes razões de interesse público.
- IV – não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO**, sem a justificativa aceitável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

Parágrafo Primeiro – O registro de preços dos bens contemplados nesta ata poderá ser cancelado:





I – pela Administração, quando:

- a) os preços registrados apresentarem-se superiores aos do mercado, sem que o fornecedor aceite reduzir o preço registrado;
- b) ocorrer uma das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, situação que equivalerá, para fins de consequências jurídicas, à rescisão contratual, incluindo os casos de descumprimento das condições da presente ata e da não retirada da nota de empenho ou ordem de serviço correspondente à solicitação de fornecimento, sem justificativa aceitável.

II – O registro de preços poderá ser suspenso a pedido do fornecedor, mediante requerimento por escrito e sujeito à aprovação do órgão gerenciador, quando ficar comprovada a impossibilidade definitiva ou temporária, de cumprir as exigências da licitação por pregão que deu origem ao Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro de preço será formalmente motivado nos autos do processo administrativo, assegurado à **COMPROMITENTE** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro – A declaração de cancelamento do registro de preços, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Quarto- Na hipótese de cancelamento do registro de preço por culpa da **COMPROMITENTE**, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a mesma sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado do fornecimento não efetuado, sem prejuízo da retenção de créditos e das perdas e danos que forem apurados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

Parágrafo Primeiro – A inexecução do fornecimento, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso ou pelo atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos, aplicada por dia de atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços assinada por cada licitante vencedor, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços assinada por cada licitante vencedor em caso de rescisão contratual por culpa da **CONTRATADA**;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado, sempre que aplicável, o disposto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.



Parágrafo segundo – A aplicação de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do órgão gerenciador, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

Parágrafo terceiro – A imposição das demais penalidades é de competência exclusiva da PREFEITA, a teor do disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo quarto - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

Parágrafo quinto – As sanções previstas nas alíneas a, e, f do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as sanções previstas nas alíneas b, c, d, facultada a defesa na forma prevista no Parágrafo Quarto.

Parágrafo sexto – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido o desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até a completa quitação.

Parágrafo sétimo – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa da Ata de Registro, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo oitavo – O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

Parágrafo Primeiro – As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **COMPROMITENTE**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do fornecimento tenha acarretado, serão cobrados judicialmente quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **COMPROMITENTE** tenha em face do **MUNICÍPIO**, quando não comportarem cobrança amigável.

Parágrafo Segundo – Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **COMPROMITENTE** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

Parágrafo Primeiro – O presente registro não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

Parágrafo Segundo – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLENTO**

Parágrafo Primeiro – Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **COMPROMITENTE**, a impossibilidade de opor, perante o **MUNICÍPIO**, a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.





Parágrafo Segundo – A suspensão da execução a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **COMPROMITENTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ADESÃO DE OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO**

Parágrafo Primeiro – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata.

Parágrafo Segundo – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

Parágrafo Terceiro – As aquisições adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, desde que demonstrada a vantagem na contratação da Administração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA ATA**

Parágrafo Primeiro – Após a assinatura da presente ata, deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo oficial de publicação do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.

Parágrafo Segundo – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO DE ELEIÇÃO**

Parágrafo Primeiro – Fica eleito o Foro da Comarca da Paracambi/RJ, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente termo que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta ata, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, e na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, 22 de janeiro de 2021.

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**  
**JORGE LUIZ TEIXEIRA CAVALCANTE**  
**MUNICIPIO**

**GOTHAN DISTRIBUIDORA LTDA**  
**CLAUDRIANO CAVALCANTE AMORIM**  
**CONTRATADO**



---

**TESTEMUNHAS:**

1 - \_\_\_\_\_

2 - \_\_\_\_\_